

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 136

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE OUTUBRO DE 1998**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Sâmis da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 384/98 que dá nova redação ao artigo 30, e ao inciso II do artigo 207, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, alterados pela Lei nº 9.210, de 23 de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por três sessões o Projeto de Lei nº 363/98, referente à Mensagem nº 037/98, para que seja melhor discutido entre as lideranças dos partidos.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Wilson Hermes Santana, no último dia 22 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil, 1720, apto. 02, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Angelo Fortunato Benedito, no último dia 25 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao filho do extinto, José Luiz Benedito, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Rio Grande do Sul, S/Nº, CEP 86830-000, Município de Rio Bom - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações, alusivos a nova Diretoria Executiva da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público Estadual (APIESP), cuja a posse ocorrerá no próximo dia 28 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Jackson Proença Testa, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Tiradentes, 6565, CEP 86072-360, Município de Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações, alusivos ao cinquentenário da Fundação do Hospital, que ocorrerá no próximo dia 28 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Dr. Nelio Ribas Centa, através de correspondência a ser encaminhada a Av. João Gualberto, 1946 CEP 80030.001, Município de Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que seja revisto o cancelamento do Convênio com a OAB-PR, que destina recursos para Advocacia Dativa no Estado do Paraná.

O referido Convênio é de vital importância no que tange ao acesso à justiça por parte dos cidadãos empobrecidos deste Estado. Destaca-se pois que aproximadamente 60.000 (sessenta mil ações), tramitam em todo o estado, graças a este Convênio.

O Governo do Estado do Paraná vem deixando de efetuar o pagamento deste Convênio desde Março de 1998, e por último, logo após as eleições, enviou ofício à OAB-PR, cancelando o referido Convênio, alegando falta de recursos.

Desta forma, solicitando ao Senhor Secretário de Justiça que retome a execução do Convênio com a OAB-PR, previsto para o exercício de 1998, e o renove para o próximo exercício de 1999, uma vez

que a peça orçamentária enviada a esta Casa não prevê recursos suficientes para renovação deste Convênio.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de atender o pedido da Sra. Salete Poplade, a qual solicita agilização quanto ao asfaltamento da Estrada da Ribeira. Será um grande benefício para os moradores da região. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo fone: 262-5273.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Antonio Ednilson Batista, residente à Rua José Dunaiski nº 234 - Jardim Paraíso, o qual solicita providências quanto a iluminação pública nessa rua. O benefício é cobrado e os moradores não dispõem do mesmo. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo fone: 757-2110 ramal 30.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Aparecida, residente à Rua Carlos Poulhmann nº 9247 - Vila Maria Antonieta, a qual solicita limpeza das laterais dessa rua, proximidades de sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo fone: 368-6586.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado

expediente à Prefeitura de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Mirtes Melim Cabral, residente à Travessa Argentina nº 65 - Cidade Jardim, a qual solicita limpeza das manilhas existentes nessa rua. Constantemente ocorrem alagamentos nas casas e os moradores estão desesperados. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo fone: 282-5821.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal do Rio Branco do Sul, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosemeri de Jesus Pinto, residente à Rua G nº 533 - Vila Nossa Sra. de Fátima, que solicita providências quanto a falta de água que vem ocorrendo em sua residência. Afirmamos que trata-se de poço artesiano e de competência dessa Prefeitura. O benefício é cobrado e os moradores não dispõem do mesmo.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo fone: 266-6186 (comercial).

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Luzia Aparecida Ferreira, residente no Jardim São Carlos, a qual solicita, em nome dos usuários do ônibus alimentador Jardim Marrocos, mais horários para esse ônibus, bem como extensão dessa linha até o Jardim São Carlos. Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Sueli Pilar da Silva, residente no Jardim Valência, a qual solicita reparos na Rua Um, tendo em vista a mesa encontrar-se cheia de buracos e intransitável, impedindo o tráfego de veículos.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-1657, ramal 33. Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Izabel, os quais pedem policiamento ostensivo na Rua Prof. Ulisses Vieira, durante o dia, nas proximidades da Igreja.

No local existe uma churrascaria e vários veículos já foram roubados.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, solicitando medidas governamentais imediatas no atendimento aos brasiguaios (brasileiros que residiam no Paraguai e agora estão retornando ao seu País de origem).

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Justiça e das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

No livro êxodo, na Bíblia, encontramos a saga dos hebreus que vão até o Egito, depois de muito sofrer, retornam ao Oriente Médio, pois ali estava a "Terra Prometida". Não é diferente a história dos brasiguaios.

No período militar, a ida de brasileiros para colonizar uma faixa fronteira ao Brasil, no Paraguai, foi estimulada pelo governo federal brasileiro e com garantias de estímulo ao governo paraguaio. Sem planejamento, sem um programa de cooperação e atenção aos brasileiros no Paraguai, estes passaram a viver num país onde não eram, cidadãos legitimados pela burocracia. A grande parte, que vivia numa cidadania sofrível no Brasil, indo para lá, ficou sem uma pátria e sem nenhum direito de cidadania.

Eles voltam ao Brasil já faz muito tempo, depois da desilusão de ir até ao Paraguai para con-

struir o sonho de uma nova vida, retornavam família por família, a conta-gotas. Recentemente, de forma organizada e articulada, começaram a vir em grande levadas, exigindo esforço das autoridades para resolver mais este problema social. São nossos irmãos que retornam e precisam exercitar nossa capacidade de sermos solidários, dando-lhes aquilo que faltou quando daqui saíram e a contrapartida ao abandono na nação vizinha.

Vale a pena lembrar o que escreveu o arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, em um artigo de opinião intitulado "O Migrante": "O Papa João Paulo II na sua encíclica 'Laborem Exercens' sobre o Trabalho Humano, de 14.09.1981, afirma: 'O homem tem sempre o direito de deixar o país de origem por diversos motivos e voltar para procurar melhores condições de vida'. (L.E. nº 23)".

Posto isto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação deste requerimento destinado as autoridades federais.

REQUERIMENTO Nº 1680-A

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, solicitando as seguintes informações:

1 - Quantos são os cemitérios na Região Metropolitana de Curitiba?

2 - Destes, quais são administrados pelo poder público e quais não?

3 - Entre os cemitérios particulares, quais são parque, verticais ou convencionais?

4 - Quais os requisitos para estes receberem a licença do Meio Ambiente?

5 - Quais os cemitérios da Região Metropolitana de Curitiba possuem licença?

6 - Qual a orientação fornecida pela Secretaria do Meio Ambiente aos cemitérios?

7 - O Executivo Municipal embarga cemitérios em nome do Meio Ambiente dos que ainda não receberam licença em caráter definitivo?

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 424/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "CMTI - Clube da Média e Terceira Idade", com sede e foro na Cidade de Chopinzinho, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A CMTI - Clube da Média e Terceira Idade, da Cidade de Chopinzinho, que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural, esportivo e de lazer dos associados.

Considerando que preenche todos os requisitos da Lei nº 6994/78, estando em atividade há mais de ano, nada mais justo que o seu reconhecimento como de Utilidade Pública, a fim de que possa dar continuidade aos seus objetivos, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares para que esta Casa de Leis aprove a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 425/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Irati - ASFRUTIR, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende beneficiar uma entidade digna de respeito, que visa contribuir com o desenvolvimento dos pequenos agricultores da região de Irati, dando-lhes a assistência necessária ao bom desenvolvimento e produção de seus pomares.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 426/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.98.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende beneficiar uma entidade digna de respeito, que visa atender às pessoas dependentes químicas, proporcionando a elas um programa de tratamento que combate o alcoolismo e a drogadição.

Com este programa de recuperação, pretende-se capacitar os atendidos a reintegrar-se à sociedade como cidadãos produtivos.

Diante do exposto, contamos com o apoioamento dos nobres Pares ao presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, como acabamos chegando depois do Horário da Liderança do nosso Partido, o PMDB, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

O senhor está inscrito.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/98, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Suinocultores do Oeste (ASUINOESTE), com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116, de 25.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 348/98**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Regional de Suinocultores do Oeste (ASUINOESTE), com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 348/98
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Suinocultores do Oeste - ASUINOESTE, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Vila Guay, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 01.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/98**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Vila Guay, com sede e foro no Município de Ibaiti.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/98, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na sede do Município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 365/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o mesmo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado em Cambé.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola Especializada Primavera, imóvel de propriedade da FUNDEPAR, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 367/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o mesmo a doar à Escola Especializada Primavera, imóvel de propriedade da FUNDEPAR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Esta mesa defere e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Convido o Senhor 1º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

(Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

32 Senhores Deputados presentes.

Há quórum para prosseguimento.

Aprovado o projeto.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/98, que objetiva desafetar do uso comum, áreas de terras localizadas na Chácara Patrimônio Jurema, Município de Amaporã, e doá-las à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 368/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo desafetar do uso comum, áreas de terras localizadas na Chácara Patrimônio Jurema, Município de Amaporã e doá-las à COHAPAR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na Cidade de Nova Olímpia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 376/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na Cidade de Nova Olímpia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Basketball. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Basketball.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de

Utilidade Pública o Movimento Gnóstico Cristão Universal do Brasil na Nova Ordem, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127, de 07.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Movimento Gnóstico Cristão Universal do Brasil na Nova Ordem, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão e se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade Pública a Federação Paranaense de Pesca e Desporto Sub-Aquáticos, com foro e sede no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129, de 13.10.98.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 402/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Pesca e Desportos Sub-Aquáticos, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/98,

que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) ao vigente orçamento da FUNDEPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no DA nº 123, de 14.09.98 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar ajuste no Programa de Obras no valor de R\$960.000,00, ao vigente orçamento da FUNDEPAR, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada

encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 363/98

Fica alterado o Anexo I, do Projeto de Lei nº 363/98, que passa a vigorar com os seguintes acréscimos de obras:

ACRÉSCIMO	A N E X O I	FL. 01
DAS OBRAS	ANEXO	R\$1,00

CODIGO	EDIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4300	SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
4330	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ FUNDEPAR			
2158	INFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO À REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE			
138	ARAPONGAS			
0039	CONSTRUIR UMA USINA DE CONHECIMENTO(A)	25	144.000	1543
280	CURITIBA			
0006	CONSTRUIR UNIVERSIDADE DO ESPORTE	25	246.000	1543
330	FOZ DO IGUAÇU			
0040	CONSTRUIR UMA USINA DE CONHECIMENTO(A)	25	144.000	1543
600	PARANAVAÍ			
0041	CONSTRUIR UMA USINA DE CONHECIMENTO(A)	25	144.000	1543
700	RIO NEGRO			
0042	CONSTRUIR UMA USINA DE CONHECIMENTO(A)	25	144.000	1543

	MARINGÁ			
	OBRAS DE MELHORIA NO COLÉGIO UNIDADE POLO	25	138.000	1543

	TOTAL	TES.	960.000	
		O.F.	0	

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (Para discutir)

Senhor Presidente, estou observando aqui no Anexo 01 a justificativa desse Projeto de Lei. O Governo do Estado propõe a retirada de recursos de Cascavel para construir uma Usina do Conhecimento de Francisco Beltrão, de Pato Branco, além de Araucária, acrescentando para os Municípios de Curitiba, Arapongas, Foz do Iguaçu, Paranavaí, Rio Negro. Senhor Presidente, nós quando aprovamos o orçamento no ano passado, prevendo a construção dessas unidades, evidentemente porque havia a inteira e absoluta necessidade de dar aos Município de Cascavel, sobretudo Francisco Beltrão e Pato Branco esse suporte necessário da construção de uma Usina do Conhecimento. E agora nos surpreende essa proposição do Governo de subtrair de Cascavel, de Beltrão e Pato Branco e de Araucária essas obras importantes. Não quero fazer aqui uma analogia com o resultado das eleições, Sr. Presidente, porque nesses quatro Municípios o Governador Jaime Lerner perdeu as eleições, e não sei o porquê que agora os Municípios de Pato Branco, Cascavel, Araucária e Francisco Beltrão estão perdendo essas obras. Gostaria, Sr. Presidente, de ser informado por que o Governo está tomando essa decisão. Vou apresentar o Requerimento, mas já de antemão deixo aqui que votarei contra essa proposta e quero pedir ao Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, para que o PMDB vote contra essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Informo ao Sr. Deputado Nereu Moura que esse Projeto chegou na Casa antes das eleições, no dia 14.09.98 e foi apreciado na CCJ no dia 14.09.98. Concedo a palavra pela Ordem ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, se encontra nessa mesa um requerimento de nossa autoria constante do expediente, solicitando a retirada do projeto dessa mensagem em pauta por três sessões, e pediria a Vossa Excelência que colocasse em apreciação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Em votação o requerimento que chega à Mesa retirando esse Projeto por três Sessões. Srs. Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Augustinho Zucchi permaneçam como estão. **Aprovado**, conseqüentemente retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 363/98.

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/98, de autoria da Comissão Executiva, referenda o Decreto Legislativo nº 008/98, que autorizou a Sra. Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País. **Aprovado**.

OFÍCIO Nº 056/GVG

Curitiba, em 23.10.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de solicitar dessa Augusta Casa de Leis autorização para ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América, no período de 24 de outubro corrente a 15 de novembro próximo.

Informo, outrossim, que o referido deslocamento servirá para tratar de assuntos de caráter particular e, portanto, será custeado, exclusivamente, com recursos particulares.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas expressões de distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº009/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 008/98, de 23 de outubro de 1998, que autorizou a Sra. Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 24 de outubro corrente e 15 de novembro próximo, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares, em viagem sem despesas para o erário público.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/98

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, “ad referendum” do Plenário, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizada, “ad-referendum” do Plenário, a Sra. Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado do Paraná, ausentar-se do país, no período compreendido entre os dias 24 de outubro corrente e 15 de novembro próximo, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares, em viagem sem despesas para o erário público.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1675 de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1662 a 1669, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1670 a 1673, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1678, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para encaminhar**)

Senhor Presidente e Srs. Deputados, o requerimento que faço dirigido ao Secretário de Justiça, é por conta de que o Governo do Estado do Paraná, atendendo a um preceito constitucional do Artigo 5º da Constituição Federal diz o seguinte:

O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos e fez para cumprir essa determinação constitucional um convênio com a OAB Paraná, que através de seu Conselho fixou uma tabela reduzida, para Assistência Jurídica da ativa, aquela de graça, para as pessoas que não tem recursos para fazer

a sua defesa junto ao Poder Judiciário, seria arcada uma pequena taxa pelo Governo do Estado.

O Governo do Estado do Paraná, desde março deste ano, parou de fazer os pagamentos aos Srs. advogados que faziam Assistência Jurídica gratuita, e após as eleições enviou Ofício à OAB-Paraná, cancelando o referido convênio, dizendo que não tem recurso para honrá-lo. Isso é muito grave, porque o total de recursos até agora, dá um milhão e quinhentos mil reais, muito pouco se comparado a tantos outros gastos do Governo, como por exemplo, publicidade.

Temos no Estado do Paraná prejudicadas sessenta mil ações de pessoas carentes, necessitando de ajuda de advogados de forma gratuita, advocacia da ativa do Estado do Paraná.

Este ofício, é para tentarmos sensibilizar o Sr. Secretário de Estado, para que renove o convênio e mantenha os recursos em dia, para ajudar os Srs. advogados e, sobretudo, as famílias carentes que estão com um processo na Justiça. Custa muito pouco para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Irineu Colombo.

O SR. CARLOS SIMÕES

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1680-A, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1658, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de Sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1654, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1679, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra, em explicações pessoais, ao Deputado Orlando Pessuti e concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar na tarde de hoje a presença aqui em nosso Plenário do presidente do nosso partido, o PPB, no Paraná, José Janene e também do Deputado eleito Tony Garcia, que nos brinda com a sua presença, hoje, em nossa sessão.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

O Deputado Toni Garcia, que nos honra com a sua presença, e terá a convivência com os demais Srs. Parlamentares, e também endossando e associando-se com a presença do ilustre Parlamentar José Janene, um dos que defendem o interesse paranaense na Câmara Federal deste País. É amigo não só do seu partido como também de todos os Srs. Parlamentares desta Casa.

Explicações Pessoais:

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que vamos conversar na tarde de hoje, seria objeto de uma análise nossa durante o Horário da Liderança do PMDB. Não foi possível chegarmos a tempo para nos inscrever nesse Horário, então o fazemos agora, nas Explicações Pessoais.

Faço questão de fazer este breve registro, Senhor Presidente, porque entendemos ser da maior importância que os Senhores Deputados tomem conhecimento, de que o Estado do Paraná, através da Companhia Paranaense de Energia, através da Paraná Investimento, coloca na tarde de hoje a leilão, na Bolsa de São Paulo, 19 bilhões de ações "Preferenciais Classe B", de emissão da COPEL.

E a preocupação nossa, neste momento, Senhor Presidente, vai principalmente em função dos valores que estão sendo propostos para ser o preço mínimo deste leilão de hoje na Bolsa de Valores de São Paulo.

Todos sabemos - e isso já foi denunciado aqui na Assembleia Legislativa - não só pelo nosso Partido, através do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Romanelli, Toti Colaço, Nereu Moura,

que na época se pronunciaram a respeito, mas também pelos Deputados do Partido dos Trabalhadores, por ocasião da venda das Ações da COPEL em fevereiro. Muito foi falado e questionado naquela oportunidade, sobre o valor mínimo do leilão, que era de 13 reais e 29 centavos o lote de mil ações.

Naquela oportunidade, num quadro demonstrativo feito aqui nesta Casa e depois distribuído a centenas de pessoas do Estado do Paraná, mostrou-se que em relação aos negócios anteriormente realizados com preços de até 21 reais por lote de mil ações - quando o Governo falava de um pequeno ágio que ele tinha obtido, mostrávamos com números, que naquela oportunidade o negócio tinha dado um prejuízo de mais de 75 milhões aos cofres públicos paranaenses.

E agora, o que falar, se naquela oportunidade, quando se vendia por R\$13,29, o prejuízo já era de alguns milhões de reais? O que dizer agora, quando preço mínimo proposto é de apenas e tão somente R\$7,00 por lote de mil "Ações Preferenciais Tipo B"?

O que dizer disso, se lá atrás foram vendidos a R\$21,00 o lote de mil? Hoje estamos vendendo perto de 20 milhões de lotes - vamos dizer assim - já que são 19 bilhões de ações! Se multiplicarmos pelos 21, daria em torno de 400 milhões. E se multiplicarmos esses 19 bilhões de ações, pelo preço de R\$7,00 o lote de mil, vamos chegar a qualquer coisa próxima a 133 milhões de reais!

É realmente uma demonstração clara e evidente de que o Paraná está numa situação terrível, o Paraná está quebrado, o Paraná está triturado, porque nenhum Governo, com um mínimo de responsabilidade, colocaria a venda neste momento, ações que tiveram - sempre tiveram - valor, liquidez, procura no mercado. E não colocaria, num momento como este, em que as Bolsas estão sendo muito tumultuadas pelas crises internacionais! E muito menos se estivesse com o mínimo de segurança e tranquilidade esse Governo, não colocaria as ações para serem vendidas a 7 reais o lote de mil.

Isto demonstra realmente que o Paraná está numa situação financeira insustentável e que ao invés de vendermos estas ações agora, entregarmos essas ações a preços que dilapidam o patrimônio público, acho que o Governo tinha que estar tomando outras medidas, no sentido de identificar com clareza os responsáveis por essa quebradeira geral que acometeu o Estado do Paraná, nestes anos de 1997 e 1998.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli

Vejo que Vossa Excelência aborda um tema que é da maior importância, e essa Casa que tem que se debruçar, os Parlamentares que foram reeleitos, os novos eleitos e até os que não ganharam a

eleição, como eu. Mas, é de se pensar, como bem disse Vossa Excelência, essas ações, quando foram vendidas, a primeira vez, num lote de mil ações, foi vendida na faixa de 21 reais. O ano passado, na comercialização daquele lote, que valia duzentos milhões, foi comercializado por cento e vinte e cinco, já perdemos aí, setenta e cinco milhões, fora os outros prejuízos. E agora o Governo vai ofertar essas ações a sete reais??! Então, o prejuízo, só neste lote, que o Governo está vendendo - as ações valem no mínimo pelo valor patrimonial delas, valem no mínimo quinhentos milhões de reais, é o valor dessa ação que excepcionalmente, pela queda das Bolsas, enfim, tem um valor subavaliado. E o Estado do Paraná vai queimar um patrimônio de quinhentos milhões de reais, por cerca, como bem disse Vossa Excelência, de cento e trinta milhões de reais!

Então, francamente, é hora de acabar com o safári na África, de ficar passeando pelo mundo, e se debruçar sobre a economia do nosso Estado, sobre as finanças públicas, sob o risco de dilapidar completamente o patrimônio público, tão duramente construído pelas gerações dos paranaenses.

Parabéns pela denúncia!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Gostaríamos inclusive, que os Deputados ligados ao Governo do Estado do Paraná, pudessem prestar a nós, informações complementares, já que aquilo que estou dizendo está escrito aqui no edital que saiu no jornal "Gazeta Mercantil" dos dias 17 e 18 de outubro e no jornal "Gazeta Mercantil" de 19 de fevereiro.

E dizer também, que gostaríamos muito que a Liderança do Governo, ou qualquer outro integrante do Governo, desse conhecimento à Assembleia Legislativa, do destino dado aos mais de um bilhão de reais, obtidos pelo Governo com alienação de bens nos anos de 95, 96 e 97. No ano de 95 foram setenta milhões de reais; no ano de 96 foram quatrocentos e setenta milhões, duzentos e oitenta e cinco mil; no ano de 97 foram quatrocentos e sete milhões setecentos e quatorze mil; em 98 até abril, já foram mais de duzentos e seis milhões de alienação de bens, o que certamente corresponde a venda de ações que detinha o Governo do Estado, tanto na COPEL quanto na SANEPAR.

Todas as vezes que se discutiram esses assuntos aqui na Assembleia, sempre questionávamos a destinação desses recursos. Porque me lembro quando o Governo Roberto Requião - e esta Casa deliberou pela venda das ações que o Governo do Paraná tinha junto a TELEPAR, lá foi carimbado o destino dos recursos obtidos com a venda das ações. Recursos esses que foram aplicados na construção da Ponte de Guaíra e na duplicação da estrada Curitiba/Garuva. Quando veio para cá, ainda no

Governo Requião, a proposta de lei para vender as ações da COPEL, lembro-me que naquela oportunidade, o dinheiro arrecadado seria destinado a construção da Usina de Caxias; seria destinado a ampliação do Porto de Paranaguá; seria destinado a FERROESTE; seria destinado também, a casas populares e evidentemente que seria destinado para pavimentação de rodovias do nosso Estado.

E o que é que estamos vendo hoje? O dinheiro, fruto da venda das ações da COPEL e SANEPAR, até hoje não sabemos por inteiro, não sabemos o que é feito desse dinheiro, porque as publicações que saíram no Diário Oficial, que não dão conta da destinação total desses recursos, mostra uma generalização na aplicação destes recursos, diria absurda, porque trata-se de um patrimônio público, cuja venda autorizada pela Assembleia dizia que, esses recursos deveriam vir de encontro ao investimento na infra-estrutura do Estado do Paraná.

Então, seria bom que a Liderança do Governo e o próprio Governo trouxesse a conhecimento desta Casa e de todos os paranaenses, o que foi feito com mais de um bilhão de reais oriundos da venda de ações da COPEL e da SANEPAR.

Seria necessário, portanto, já que percebi na Bancada do Governo alguns Deputados discordando das informações que fazemos a respeito do leilão de hoje na Bolsa de Valores de São Paulo, que a liderança do Governo comparecesse à tribuna no dia de amanhã para dizer o porquê do Governo propor a venda através da Paraná Investimentos, de 19 bilhões de ações por um preço mínimo de 7 reais o lote de mil. Quando há alguns dias atrás vendeu por 13 reais e há alguns dias um pouco mais atrás, vendeu por 21 reais o lote de mil.

Seria bom que a Liderança do Governo explicasse a esta Casa, para que todos soubéssemos os motivos verdadeiros pelos quais se "torra" o dinheiro público, se vilipendia um patrimônio construído ao longo de décadas apenas simplesmente sem dar nenhuma explicação, nenhuma justificativa para que possamos entender ou não os motivos dessa venda.

Era isso, Senhor Presidente.

No dia de amanhã o Deputado Caíto Quintana, que está estudando mais a fundo esta matéria, o Deputado Luiz Claudio Romanelli e nós próprio pretendemos retornar a discussão desse assunto, certamente já tendo conhecimento do resultado do leilão de hoje na Bolsa de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrada a inscrição de Explicações Pessoais do Deputado Orlando Pessuti.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 348, 361, 365, 367, 368, 376, 389, 395 e 402/98.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/98

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido a Ayrton Alves Aranha, mat. 413, ocupante do cargo de Procurador 3ª Classe NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual combinado com o art. 140, inciso I, da Lei de nº 6.174/70 e art. 11, da Resolução de nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificações inerente à simbologia DAS-4; verba de representação, conforme o disposto no art. 3º da Lei de nº 8.198, de 17 de dezembro de 1985, aplicando-se o limitador constitucional nos termos do parágrafo 2º, do art. 2º, da Lei nº 10.969/94 e Ato da Comissão Executiva nº 209/95; e de acordo com o inciso IX, do art. 37, da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, trinta e cinco (35%) por cento, referentes a sete (7) adicionais observando-se, neste o que dispõe o inciso XIV, do art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 08 da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 1.033)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.98.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 086/98

mandar contar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Rosemary Vieira de Almeida, matrícula 119, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, o tempo de um (01), ano relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 3º quinquênio, compreendido entre 03 de janeiro de 1987 e 03 de janeiro de 1992; e durante o 4º quinquênio, compreendido entre 03 de janeiro de 1992 a 03 de julho de 1996, antecipado em razão do 3º quinquênio conforme lhe faculta o art. 248, da Lei de nº 6174/70.

(Prot. nº 11179/97)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.10.98.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 035/98 - D.A.T.

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11974 de 23 de dezembro de 1997 nas rubricas abaixo:

Cancelar	33902800	95.000,00
----------	----------	-----------

Suplementar	33903900	95.000,00
-------------	----------	-----------

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.10.98.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
14ª ATA ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Paulo Gorski, Florisvaldo Fier, César Seleme, Caíto Quintana, Hidekazu Takayama, Eduardo Trevisan, Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 416/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 366/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 367/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 365/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 370/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Florisvaldo Fier. 06) Projeto de Lei nº 363/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan, na forma de emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 384 de autoria do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS para os Deputados: Valdir Rossoni, Florisvaldo Fier, Orlando Pessuti e César Seleme. O Senhor Presidente determina que sejam entregues cópias a todos os Deputados desta Comissão. 08) Projeto de Lei nº 354/98 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 405/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Florisvaldo Fier e Valdir Rossoni. 10) Projeto de Lei nº 379/98 de autoria do Deputado Renato Adur. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Valdir Rossoni, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti. 11) Projeto de Lei nº 327/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 402/98 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 393/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 323/98 de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 326/98 de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 394/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 395/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 465/97 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 138/98 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 318/98 de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 346/98 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme, na forma da emenda anexa - APRO-

VADO; 22) Projeto de Lei nº 338/98 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 339/98 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 352/98 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 358/98 de autoria do Deputado José Maria. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 360/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 361/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 362/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 375/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 376/98 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 377/98 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 385/98 de autoria do Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 389/98 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 334/98 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 345/98 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 348/98 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 059/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme, na forma de emenda anexa - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 359/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 378/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 708/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados: Valdir Rossoni, Caíto Quintana, César Seleme e Florisvaldo Fier. O Sr. Presidente determina que seja entregue cópia a todos os Deputados desta Comissão. 41) Projeto de Lei nº 332/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. Pare-

cer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 386/98 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski, na forma de emenda anexa - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 123/98 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 120/98 de autoria do Deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 730/97, de autoria do Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 015/98 de autoria do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Caíto Quintana. 47) Projeto de

Lei nº 290/98 de autoria do Deputado José Tavares. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Duílio Genari - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 368/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 364/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária
